



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	08
Visto:	<i>[Signature]</i>

PROJETO DE LEI Nº 3/2006

**Votado em sessões extraordinárias
Regime de urgência**

MENSAGEM Nº: 3/2006

RECEBIDA EM: 16 de janeiro de 2006.

Nº DO PROJETO: 3/2006

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde.

AUTOR: Executivo Municipal.

LEITURA EM PLENÁRIO: Recebido no período de recesso.

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO: Volmir Sabbi – PT.

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 23 de janeiro de 2006.

Aprovado com 6 (seis) votos a favor e 3 (três) ausências.

Votaram a favor: Aldir Vendruscolo – PFL, Cilmar Francisco Pastorello – PL, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV e Volmir Sabbi – PT.

Ausentes os vereadores, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB e Valmir Tasca – PFL.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 24 de janeiro de 2006.

Aprovado com 8 (oito) votos a favor e 1 (uma) ausência.

Votaram a favor: Aldir Vendruscolo – PFL, Cilmar Francisco Pastorello – PL, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV, Valmir Tasca – PFL e Volmir Sabbi – PT.

Ausente o vereador Guilherme Sebastião Silverio – PMDB.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 19 de janeiro de 2006.

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 4/2006.

Lei nº 2.581, de 25 de janeiro de 2006.

PUBLICADA: Jornal Diário do Sudoeste - Edição nº 3711, do dia 1º de fevereiro de 2006.

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 07
Visto: [assinatura]

DIÁRIO DO SUDOESTE

ANO XX

EDIÇÃO 3711

PATO BRANCO, QUARTA-FEIRA, 1º DE FEVEREIRO DE 2006

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 2.581, DE 25 DE JANEIRO DE 2006

Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, Gestor Municipal do Sistema Único de Saúde – SUS, autorizado a firmar Convênio com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, objetivando a operacionalização das ações de assistência farmacêutica, através da aquisição de medicamentos essenciais à população usuária do SUS, no valor de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais) por ano.

Art. 2º Os recursos municipais para pagamento dos valores previstos no convênio advirão do orçamento geral do município, da dotação, elemento e fonte próprios.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 25 de janeiro de 2006.

ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	06
Visto:	

PROJETO DE LEI Nº 3/2006

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com o **Consórcio Intergestores Paraná Saúde** e dá outras providências.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, Gestor Municipal do Sistema Único de Saúde – SUS, autorizado a firmar convênio com o **Consórcio Intergestores Paraná Saúde**, objetivando a operacionalização das ações de assistência farmacêutica, através da aquisição de medicamentos essenciais à população usuária do SUS, no valor de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais) por ano.

Art. 2º. Os recursos municipais para pagamento dos valores previstos no convênio advirão do orçamento geral do município, da dotação, elemento e fonte próprios.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	05
Visto:	

ASSESSORIA JURÍDICA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3/2006

Através do Projeto de Lei em epígrafe, pretende o Executivo Municipal obter autorização legislativa para firmar convênio com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, objetivando a operacionalização das ações de assistência farmacêutica, através da aquisição de medicamentos essenciais à população usuária do SUS, no valor de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais) por ano.

Dispõe ainda a proposição, que os recursos municipais para pagamento dos valores previstos no convênio advirão do orçamento geral do município, da dotação, elemento e fonte próprios.

A Lei Orgânica do Município de Pato Branco, sobre o tema em questão, assim estabelece:

“Art. 14 – Compete à Câmara Municipal:

XIX- apreciar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento, os consórcios, contratos e convênios dos quais o Município seja parte e que envolvam interesses municipais;”

“Art. 77 – O Município poderá consorciar-se com outros municípios para a realização de obras ou prestação de serviços públicos de interesse comum.”

“Art. 126 – São atribuições do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde:

VII – formar consórcios intermunicipais de saúde, mediante indicação técnica;”

A Constituição Federal em seu artigo 241, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, assim prescreve:



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	04
Visto:	X

“Art. 241 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.”

Tendo em vista que a norma constitucional acima elencada, ainda não fora objeto de disciplinamento por meio de lei dos referidos entes federados, entendo que a aludida pretensão não possa ficar a mercê dessa normatização, podendo neste caso, aplicar-se por simetria a disposição contida no artigo 30, inciso VII da Constituição Federal e nas disposições constantes da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), notadamente ao que estabelece os artigos 10 e 18, abaixo transcritos:

“Art. 30 – Compete aos Municípios:

VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.”

“Art. 10 – Os Municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.

§ 1º - Aplica-se aos consórcios administrativos intermunicipais o princípio da direção única, e os respectivos atos constitutivos dispõem sobre sua observância.

§ 2º No nível municipal, o Sistema Único de Saúde – SUS poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.”

“Art. 18 – A direção municipal do Sistema Único de Saúde – SUS compete:

VII – formar consórcios administrativos intermunicipais;”



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	03
Visto:	

Pelo que se observa das normas acima citadas, existe permissibilidade no ordenamento jurídico brasileiro de que Municípios se associem e desenvolvam atividades comuns.

Pelas razões acima expendidas, concluímos em fornecer parecer favorável a aprovação da matéria, competindo ao douto Plenário desta Casa de Leis a análise da matéria sob o enfoque do interesse público.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 17 de janeiro de 2006.

José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	02
Visto:	<i>[assinatura]</i>

MENSAGEM Nº 003/2006

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

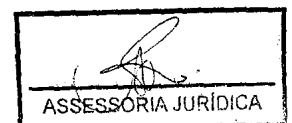
Com a presente Mensagem estamos encaminhando a essa Colenda Casa de Leis o incluso Projeto de Lei que solicita autorização legislativa para associar o Município no **Consórcio Intergestores Paraná Saúde**.

Tal Consórcio se destina a operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais à população usuária do SUS - Sistema Único de Saúde - SUS.

Assim sendo, visando o bem estar da população pato-branquense, encarecemos aos nobres edis que seja dado caráter de **urgência** à tramitação do mesmo, convocando esse Legislativo Municipal para realizar tantas **sessões extraordinárias**, quantas necessárias, para apreciação do Projeto, conforme preceitua o artigo 27 da Lei Orgânica do Município de Pato Branco.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 13 de janeiro de 2006.

[assinatura]
ASTÉRIO RIGON
Prefeito em Exercício





Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	01
Visto:	<i>[assinatura]</i>

PROJETO DE LEI Nº 3/2006

Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com o **Consórcio Intergestores Paraná Saúde** e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, Gestor Municipal do Sistema Único de Saúde – SUS, autorizado a firmar Convênio com o **Consórcio Intergestores Paraná Saúde**, objetivando a operacionalização das ações de assistência farmacêutica, através da aquisição de medicamentos essenciais à população usuária do SUS, no valor de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais) por ano.

Art. 2 Os recursos municipais para pagamento dos valores previstos no convênio advirão do orçamento geral do município, da dotação, elemento e fonte próprios.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

[Assinatura manuscrita]
ASTÉRIO RIGON
Prefeito em Exercício

